

RELAÇÃO DO NOVO CAMINHO

QUE FEZ POR TERRA E MAR,

VINDO DA INDIA PARA PORTUGAL,

NO ANNO DE 1663,

O PADRE MANUEL GODINHO

DA COMPANHIA DE JESUS.

SEGUNDA EDIÇÃO.

PUBLICADA

PELA

SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS.



LISBOA.

*Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
Largo do Pelourinho, N.º 24.*

1842.

BIBLIOTECA
CAMPOS PEREIRA

PREFAÇÃO DESTA 2.^a EDIÇÃO.

QUANDO os escriptores de viagens merecem confiança pela veracidade dos factos que referem, e pelo averiguação do exame das cousas que viram, as suas relações são geralmente livros bem acceitos. — E' agradavel, no agasalho do lar domestico, a leitura de uma extensa e arriscada peregrinação, matizada de descripções, ora de populosas cidades, ora de pobres aldeas, ora de ermos agrestes; que comprehende os quadros de serras, de campinas, de florestas, de aguas, com a pintura de produções da natureza tão diversas quanto os climas; o desenho dos monumentos da polida arte, e o das obras de povos rusticos; a historia dos habitos singulares de nações remotas, e a dos instinctos maravilhosos de animaes estranhos; as recordações e vestigios d'antigos tempos junto das scenas e realidades d'epocha recente. — Tecem-se noticias tão variadas com as aventuras do viajante; e por isso tanto deleitam e instruem essas narrações, principalmente se as faz realçar a pureza e propriedade do estilo. Uma viagem bem escripta sempre é lida e consultada: — Chardin, apesar de tantas obras posteriores sobre a Persia, ainda tem reimpressões; e (por não accumu-

larmos exemplos) Fernão Mendes Pinto, havido por fabulador antes de melhor exploradas as cousas da China e da Sumatra, tem tido traducções e novas edições, logrando hoje a devida estimação.

E' comtudo verdade que a sorte de muitas obras litterarias assemelha-se á de muitas pessoas: se não tem patrono que as levante da obscuridade, em que as lançou o acaso, ficam servindo a poucos, desconhecidas do maior numero apesar do intrinseco merecimento. — Não obstante as honras da primeira edição e os louvores dos eruditos, coube semelhante fado a dois viajantes nossos, que fizeram identica jornada, postoque divergindo nos caminhos.

Fr. Gaspar de S. Bernardino, tendo naufragado na ilha de S. Lourenço em 1606, passou-se ao continente africano; e de Mombaga demandou o Mar-Roxo e o cabo de Rosalgate, e depois Ormuz; sahindo daqui peregrinou pela Persia e até a costa da Syria, onde embarcou para Chypre: desta ilha foi á visita da Terra Santa, na volta á Europa esteve em Candia (a antiga Creta) e nas principaes das ilhas Jonias; tendo visto algumas terras d'Hespanha entrou finalmente em Portugal: de seu *Itinerario* só a primeira parte foi impressa, que comprehendendo a excursão até a ilha de Chypre; o restante nunca sahiu á luz, ou porventura nunca foi escripto pelo A. em modo de poder estampar-se. Dessa primeira parte já no presente anno se fez nova edição.

O Padre Manuel Godinho (A. da Relação completa que reimprimimos agora) partindo da India para o Reino com encargos e papeis relativos áquelle Estado, que pelo governador lhe foram commettidos, sahiu de Baçaim em Dezembro de 1662; deste ponto começa a sua narração; descreve Damão e Surrate, e parte da costa d'Arabia; dá noticia de Ormuz, da jornada que fez

a Baçorá, da que ousadamente levou a cabo por meio da Arabia Deserta, do como seguiu até a Syria, e de Alexandreta veio á França, e por fim a Portugal, onde aportou a salvamento a dar conta de sua particular missão. E' um escriptor que refere o que viu com singeleza, mas com estilo engraçado; que manifesta juizo claro nas suas observações, que mostrando a sua erudição foge de fazer alarde de muitos conhecimentos, e só diz o que respeita á geographia antiga, á historia dos logares, que examinou, e isto mesmo concisamente. E' fiel pintor dos costumes; e tudo o que refere das ceremonias gentlicas, dos latrocinios e hospitalidade singular dos arabes, dos ritos e usos dos bracmenes, é exacto e justificado pelos viajantes modernos: conta os incidentes de seu caminho de um modo que captiva a attenção e o assenso do leitor. Os poucos logares, em que parece mais árido, são importantissimos para se confrontarem com as noticias modernas; exemplos, o cap. 16.^o ácerca do Tigres e o Eufrates, e o 24.^o em que faz menção dos roteiros que da India para a Europa se podem seguir sem dobrar o Cabo de Boa-Esperança: neste inculca, como o mais breve, o que a nação britannica hoje adoptou, de Suez ao Cairo, e d'ahi a Alexandria. No fim do mesmo cap. 24.^o indica a possibilidade de um caminho da costa occidental d'Africa até a costa oriental do mesmo continente, da qual é facil proseguir para Gôa.

Para que os leitores, alem do que fica exposto, avaliem competentemente a presente obra, poremos aqui alguns testemunhos d'irrefragaveis auctoridades litterarias, que a acreditam.

Os compiladores do Dictionario da Academia das Sciencias, no catalogo dos classicos portuguezes acompanhado de um juizo critico, que antepozeram áquelle volume, exprimem-se ácerca da viagem do Padre Godi-

nho da seguinte maneira. — « Esta relação é curiosa, cheia de muitas advertencias geographicas, e instructiva em rasão das noticias que dá dos usos e costumes de varias nações orientaes. Está escripta em frase pura, se bem que em alguns logares um tanto artificiosa; mas isto particularmente se encontra naquellas occasiões em que o auctor descrevendo procura ostentar elegancia e polimento; pois que de ordinario a exposição dos factos é natural, singela e desaffecteda. As circumstancias destes se acham judiciosamente ponderadas, e de modo tal que o leitor toma parte nellas, deleitando-se não menos com a novidade da materia que com a viveza, força e propriedade da sua narração. » —

O muito erudito Antonio Ribeiro dos Santos, no opusculo, *Da antiguidade da observação dos astros* &c., inserto na p. 1.^a do tom. 5.^o das *Memorias da Academia das Sciencias*, escreveu, terminando o cap. 1.^o, o seguinte. — « Tanto se serviam os asiaticos, indianos e arabes da observação dos astros, que até por ella se guiavam nas jornadas por terra, quando atravessavam grandes solidões e desertos, o que conta o mesmo Nicolau Veneto, e particularmente o nosso famoso viajante, tão pouco lido e tão digno de o ser, o Padre Manuel Godinho, na sua *Viagem da India*, onde assevera como testemunha ocular... » — segue uma citação do nosso A., extrahida do cap. 18.^o, pag. 103 da primeira edição, que se acha a pag. 131 desta segunda.

O respeitavel decano dos actuaes litteratos portuguezes, o Em.^{mo} Sr. D. Francisco de S. Luiz, no *Indice Chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portuguezes nos paizes ultramarinos desde o principio do seculo 15.^o* — Lisboa, na imprensa Nacional. 1841. — diz *in fine* o seguinte. — « ... O Padre Ma-

nuel Godinho... tendo sido mandado ás missões da India, veio por terra a Portugal de mandado do vice-rei Antonio de Mello e Castro, e segundo parece com alguma secreta e importante commissão. Escreveu: *Relação do Novo Caminho* &c. ... obra curiosa, que merece ser lida dos eruditos. » — A pag. 262 do mesmo *Indice Chronologico* é chamada esta relação *importante* em uma nota, onde vem copiado o final do cap. 24.^o

Na *Biographie Universelle* &c. Paris. 1816, no tom. 17.^o ha um artigo sobre o Padre Manuel Godinho, e outros do mesmo nome, resumido da *Bibl. Lusit.* de Machado, por Mr. Boissonade: ahi se faz distincta menção da viagem, e vem os titulos de duas obras menos importantes.

Conhecida está a valia historica e litteraria do presente volume, e a necessidade da sua reimpressão (*): resta-nos dar particulares noticias do A. — Não faltaremos a este dever, porque sabemos quanto se interessa a humana curiosidade nas circumstancias da vida social e do character do homem que deixou algum monumento de artes ou letras, credor da attenção dos vindouros. Peza-nos porem não podermos satisfazer amplamente neste ponto os leitores: o indagador Barbosa Machado pouco pôde colligir, e com esse pouco teremos de contentar-nos, acrescentando só uma reflexão, que o erudito biographo não poderia escrever em seu tempo, ácerca da mudança que fez Godinho trocando a roupeta da Companhia pelo habito de clérigo secular.

(*) Os exemplares da 1.^a edição estavam tão raros que os curiosos ou os desconheciam, ou não podiam have-los: eram impressos em mau papel com mau typo; alguns appareciam mutilados; e assim mesmo chegaram a vender-se por 7200 r.^s — A presente edição faculta a mesma obra, muito melhor estampada, por 400 r.^s

Nasceu Manuel Godinho na villa de Montalvão (*) no anno de 1630; foram seus progenitores Manuel Nunes d'Abreu e Joanna dos Reys. Contando apenas quinze annos de idade, entrou para a Companhia de Jesus, em o noviciado de Coimbra, aos 3 de Junho de 1645. De sua puericia e primeiros estudos não obtivemos mais informações. Quanto aproveitou nas aulas da ordem religiosa, que abraçára, prova-se pelos escriptos que deixou. Ignora-se quando passou ás missões da India; é certo que de muito credito e reputação de prudencia devia gozar para merecer a confiança do vice-rei, que então presidia áquelle Estado, Antonio de Mello e Castro, que não duvidou encarrega-lo de participações importantes, enviando-o á côrte nos fins do anno de 1662. Que o negocio que lhe incumbiram era de alta monta, de muito segredo, e tambem de urgencia, deprehende-se de varias passagens da Relação do proprio Godinho; como, no fim do cap. 3.^o e principio do 5.^o, em que relata os disfarces que adoptára para não ser conhecido nem dos outros europeus que na India mercadejavam, nem dos mouros e outros infieis; e bem assim no primeiro paragrapho do cap. 7.^o No cap. 17.^o (pag. 128 desta edição) diz o nosso A. — «... assim as esperas como as jornadas haviam de ser com tanto vagar... e eu era impaciente da detença, tambem rejeitei esta occasião, e levado do desejo e importancia do negocio, a que vinha a este reino, comecei a informar-me &c. » —

Barbosa diz simplesmente que o Padre Godinho fôra mandado pelo vice-rei, e não explica o motivo da jornada. Suspeita-se com fundamento que a commissão era politica, e que o Padre viera ao reino participar os damnos e usurpações que nas terras sujeitas á corôa portu-

(*) Situada em logar alto a meia legua do Tejo: pertence ao districto administrativo de Portalegre.

gueza faziam algumas nações europeas, de mãos dadas com mouros e gentios, para derribarem a nossa preponderancia, maritima e commercial, nas regiões da Asia, aproveitando-se dos symptomas de decadencia do nosso dominio, manifestados desde o reinado do infeliz D. Sebastião. Assim o dá a entender o mesmo Padre no cap. 17.^o (pag. 129 e 130), onde escreve: — «Quando nisto chega do Comorão (*a Baçorá*) um correio mandado pelos hollandezes com a primeira via das cartas, porque avisavam os Estados-Unidos da perda de Cochim, succedida em 10 de Janeiro de 1663... Acrescentaram-se então os motivos que eu tinha para apressar minha viagem, a fim de que tivesse S. M. a nova da perda de Cochim no mesmo tempo que Hollanda de seu ganho, havendo que poderia ser bem necessario este aviso antes de se effectuarem as pazes com Hollanda. » — Na dedicatoria da sua obra ao conde de Castello-melhor expressamente diz o A. que veio *da India para este reino em bem delle* (reino) *e serviço de S. Magestade*. Lea-se porém o prologo do A., que em seguida estampâmos, e ahí se verá que explicitamente declara ter vindo em serviço da Patria, cumprindo todavia que não revelasse os segredos de que fôra expresso mensageiro.

Fica evidenciado, pela causa de sua viagem, o conceito que merecia o Padre Godinho; chegou á côrte em Outubro de 1663; e provavel é que el-rei D. Affonso 6.^o e seus ministros lhe fizessem condigno acolhimento. — Porém o mais notavel de sua vida é ter sabido da Companhia, passando do claustro para o clero secular, não sendo mui frequentes as secularisações dos jesuitas, que ainda mais que as outras ordens religiosas detestavam os seus egressos: é de crer que o favor do Paço ou dos ministros principaes contribuisse para em Roma obter o breve o Padre Godinho, sem embaraços ou opposição dos

seus confrades: além disso o Padre teve a nomeação de Protonotário apostólico (como se prova da 1.^a censura da vida que elle compoz do Veneravel Padre Chagas) e outro cargo não menos importante, Commissario do Santo Offício; empregos ambos que o defenderiam de arguições e descommodos, se alguém quizesse inquietá-lo. Foi prior da parochia de S. Nicolau na villa de Santarem, beneficiado da do mesmo oragão na cidade de Lisboa, e depois prior da freguezia de Santa Maria de Loures no termo desta côrte. Falleceu em 1712; o abbade Barbosa diz que da idade de 78 annos: mas este computo nos parece errado, porque se entrou Godinho na religião em Junho de 1645 tendo quinze annos, e se morreu no anno acima dito, segundo escreve o mesmo bibliographo, como se lhe podem contar só 78 annos? Ainda que falecesse no 1.^o de Janeiro de 1712 não poderia ter menos de 81 annos. Notaremos simplesmente que o A. da *Bibliot. historic. portug.* assigna a data do nascimento de Godinho em 1633.

A obra principal do nosso A., a que lhe grangeou nome, e por ventura a unica merecedora de leitura até em rasão do estilo, é fóra de duvida a viagem: sahio ella na unica edição, que teve antes desta nossa, com o seguinte frontispicio: *Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da India para Portugal, no anno de 1663, o Padre Manuel Godinho, da Companhia de Jesu, enviado á Magestade d'Elrei N. S., D. Affonso 6.^o, pelo seu viso-rei Antonio de Mello de Castro, e Estado da India.* — *A Luiz de Vasconcellos e Souza, conde de Castel-melhor, dos conselhos d'Estado e Guerra de S. M., seu Escrivão da Puridade &c.* — *Em Lisboa: com licença. Na officina de Henrique Valente de Oliveira, impressor d'Elrei N. S. Anno de 1665. 4.^o* — Immediato ao rosto segue uma dedicatoria ao conde, válido e principal ministro de D. Affonso 6.^o, precedida do escudo de

armas deste fidalgo, bem gravado em cobre por João Baptista em 1663: é datada de Lisboa e Collegio de Santo Antão aos 2 de Outubro de 1665. Não a reimprimos por conter sómente elogios, e textos latinos, ao uso da epocha: igualmente deixámos por desnecessarias as licenças e censuras, e outro sim um indice de cousas notaveis assaz diminuto e por isso sem utilidade, ficando este bem supprido pelo indice dos capitulos, com seus argumentos, de que carecia a primeira edição.

A segunda obra de Godinho intitula-se = *Vida, virtudes e morte com opinião de santidade do Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas, Missionario apostolico neste reino, da ordem de S. Francisco, Fundador do Seminario de Missionarios apostolicos da mesma ordem, sito em Varatojo.* — *Escrevia o Padre Manoel Godinho &c.* — *Dedicam-na á Magestade d'Elrei N. S., D. Pedro 2.^o, o guardião e mais religiosos do mesmo Seminario &c.* — *Lisboa: na officina de Miguel Deslandes. Anno de 1687. 4.^o 410 paginas.* — E' uma narração em estilo muito mais affectado que o da Viagem, e por isso em nosso entender de muito menos merecimento; quasi toda é tecida com pedaços das Cartas do Padre Chagas, reproduzidos textualmente. Assim mesmo teve nova edição em 1723, por Miguel Rodrigues, e 3.^a em 1762, por Francisco Borges de Souza, ambas no formato da primeira.

As outras composições deste mesmo escriptor são: — 1.^a *Horario evangelico, demonstrador de 40 horas dadas pelos Evangelistas, com outras tantas meditações sacramentaes para ellas no Jubileo e Lausperenne, que a Santidade do Papa Innocencio 11.^o concedeu á cidade de Lisboa.* — *Lisboa: officina de Miguel Deslandes. 1683. 12.^o* — 2.^a *Noticias singulares de algumas cousas succedidas em Constantinopola, depois da rota do seu exercito sobre Viena, enviadas de Constantinopola a um cavalleiro maltez.*

— Dito impressor. 1684. 4.^o Publicou-se anonyma.— 3.^a *Sermão do glorioso Santo Antonio, prégado em a igreja de Santa Marinha de Lisboa.*— Sahiu nesta cidade em 1668, e na de Coimbra em 1692.— 4.^a *Uma Novena de N. Senhora da Piedade*, impressa em 1701 em 8.^o— Barbosa menciona tres obras m.^s; perda que, visto os assumptos de que tratavam, não é para sentir.

Não poude a nossa diligencia achar mais noticias da pessoa e escriptos de Godinho; porem quando não tivessemos d'elle outro conhecimento senão o que ministra a Relação da viagem da India, bastaria este livro para lhe dar logar nas bibliothecas, e para ser estimado dos estudiosos da geographia e cousas da Asia: o mesmo livro bastou para o alistar entre os auctores classicos da nossa linguagem, do que fazem prova as numerosas citações que nos Dictionarios se encontram.— Não alterámos o texto em uma só frase ou expressão; deixámos porem de seguir a orthographia do A. (se é que é d'elle e não do impressor ou editor) e isto por tres razões capitães: 1.^a; por ser irregular, e sem systema, variando a cada passo nas mesmas palavras.— 2.^a; porque ha certos modos de escrever que são hoje ridiculos, por exemplo, — & — cin vez da conjuncção; — *uer* — em logar de *ver* — &c.— 3.^a; porque a orthographia antiquada desgosta a maioria dos leitores, e afasta muitos da lição que lhes seria proveitosa: — nada perde com isso a viveza, a gala, a energia do discurso, que para assim dizer veste roupas limpas e novas, e por isso parece mais garboso, e agradável á vista.

PROLOGO DO AUCTOR.

COSTUMAM os que escrevem Relações e Itinerarios de suas viagens e caminhos, dar conta logo no principio delles das causas que houve para os fazerem. Este costume, se não é já lei dos relatores, me obrigava a começar esta Relação publicando a causa de minha vinda a este reino: justos porem e superiores respeitos me escusam desta obrigação, cujo cumprimento damnaria sem duvida ao segredo, por muitas razões necessario e encommendado. Quíz tomar esta resalva, para que os leitores não julguem a cautella por defeito da historia. O mais que posso dizer é que vim a negocios muito do servigo de ambas as Magestades, divina e humana, e que não tiram a outro fim mais que á salvação de muitos milhares de almas, bem deste reino, e conservação do Estado da India. Darei principio a esta Relação pelo estado em que deixei o da India: logo escreverei o caminho que fiz por terra de Baçaim, donde parti, até Surrate, onde me embarquei: então minha viagem por mar, de Surrate á Persia: desta a Baçorá na Arabia entre Felix e Deserta: o caminho pelo Deserto, de Baçorá até Babylonia: de Ba-



REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

RELAÇÃO DO NOVO CAMINHO
QUE FEZ POR TERRA E MAR
VINDO DA INDIA PARA PORTUGAL.
NO ANO DE 1633
O PADRE MANUEL GODINHO

INTRODUÇÃO
DE
AUGUSTO REIS MACHADO



DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E BIBLIOTECA
AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

1 9 4 4

INTRODUÇÃO

PORTUGAL depois duma expansão gloriosa iniciada em 1415, com a tomada de Ceuta, entrava em declínio na segunda metade do século XVI. O domínio espanhol (1580-1640)

veio acentuar esse declínio, sobreindo nas terras indianas que com tanto esforço, e por vezes, em visões de génio, occupara. Aliás a própria Índia contribuiu para a lamentosa situação a que chegara. Os portugueses não estavam preparados para a grandeza da obra realizada, apesar da superior idéa cristã, que havia séculos tinham abraçado, mas que não souberam superiormente encarnar. Prostaram-nos os costumes contraiídos na própria dominação; venceram-nos a cobiça, o relaxamento, o desleixo... Exemplo frizante veio encontrar Manuel Godinho no Congo persa: «A casa da nossa feitoria é tão limitada em comparação das que os holandeses e ingleses têm no Comoraõ, que vem a ser descredito da nação entre aquelles infieis. Sendo costume terem sempre arvorada a bandeira de Portugal em um mastro alto, no tempo que por ali passei não a vi arvorada e a razão que me deram os officiais da alfândega foi que roía a que só havia, não haveria outra. Destas e outras cousas mais importantes ao serviço de Sua Magestade avisei do Congo ao vice-rei da Índia, queira Deus que aproveitasse» (1).

(1) *Relação do Novo Caminho*. Cap. XIV.

Ataques ao monopólio do comércio português do Oriente (como ao da África e do Brasil) precederam o domínio espanhol. Corsários franceses e ingleses atacaram as naus de Portugal. Em 1530 calculava-se em 500 cruzados as perdas sofridas. Na segunda metade do século a cobiça dos armadores facilitava os ataques, vinham as naus com cargas demasiadas, o que não só as expunha a naufrágios repetidos (naufrágios de triste memória), mas as impedia duma defesa eficaz contra os leves e veleiros navios do adversário. Com a perda da independência, como a Espanha estivesse em guerra com a França e a Inglaterra os ataques intensificaram-se e a luta estendeu-se aos próprios domínios portugueses. Foi então o principal atacante a Holanda.

Havia muito que a Holanda fazia com Portugal um importante comércio. Os navios holandeses vinham buscar a Lisboa as mercadorias do Oriente e espalhavam-nas depois por toda a Europa. Em 1594, era Felipe II de Espanha senhor de Portugal, e estando em guerra com a Holanda, ordenou que fôsem sequestrados cinquenta navios holandeses que estavam no Tejo, e, ao mesmo tempo, promulgou um decreto que fechava à Holanda os portos portugueses. A Holanda reagiu num enérgico golpe de audácia: ir directamente ao Oriente buscar as suas riquezas. No ano seguinte Cornélio Hautmann, que estivera longo tempo em Portugal, e tomara conhecimento das rotas portuguesas, partia, com quatro velas para o Oriente. Regressou em 1597, apenas com dois navios, (um perdido nuns baixos e outro destruído pelos portugueses), mas o monopólio português estava quebrado. Em 1598 uma nova frota de oito navios, sob o comando de Jaime de Necker e Heemskerck seguia para os mares orientais. Regressou em 1600 com uma riquíssima carga. O entusiasmo na Holanda foi enorme; fundaram-se Companhias e em 1601 mais de quarenta navios passaram a explorar o comércio do Oriente. Essas companhias vieram a fundir-se na Companhia das Índias Orientais

que passou a ser uma força poderosa. Numerosas feitorias se constituíram.

O procedimento de Filipe II para com a Holanda já tinha, em 1589, sido tomado para com a Inglaterra, cujo comércio com Portugal assentava, em grande parte, sobre as mercadorias do Oriente. Foram-lhe fechados os portos portugueses. Em 1591 tentaram, em vão, os ingleses uma expedição por terra à Índia. Seguidamente fundou-se em Londres uma companhia que, a princípio inferior à holandesa veio a superá-la. A primeira expedição inglesa, comandada por Lancaster, foi empreendida com quatro velas em 1601; estava de regresso à Inglaterra em 1603. Os ingleses passaram a estabelecer feitorias e a auxiliar as revoltas indianas contra o domínio português. Em 1622 a Companhia inglesa ajudava a Pérsia a recuperar Ormuz. Com a restauração de Portugal em 1640 restabeleceram-se as relações com a Inglaterra. Porém a Holanda continuou os seus ataques a Portugal no Oriente, chegando a bloquear por tal maneira os portos portugueses, que a custo se podiam manter comunicações entre Cochim e Goa. Em 1662 foi assinado com a Holanda um tratado de paz, pelo qual Portugal renunciava à posse da parte do seu domínio, nessa data, em poder da Holanda, no entanto sobrevieram acidentes vários, só vindo a estabelecer-se pazes definitivas em 1669 por um novo tratado.

A França, em que também se fundara, em 1604, uma Companhia, tentava nos meados do século, mas amigavelmente, estabelecer-se na Índia, propondo auxiliar Portugal na guerra contra os holandeses, mediante a cedência de metade das praças que os portugueses ainda ali possuíam. O governo português limitou-se a dar facilidades aos directores e empregados da Companhia na sua acção comercial. Só mais tarde, veio a conseguir a França, estabelecer feitorias na Índia, sendo a primeira Surate, no ano de 1672; haviam elas, no século seguinte, de dar lugar

à formação dum efêmero império, destruído pela Inglaterra nos campos de batalha.

As pretensões da Inglaterra a Bombaim ligam-se, inicialmente, ao tempo do domínio espanhol. Em 1625 a Companhia inglesa da Índia oriental que já contribuíra para a perda de Ormuz, propõe-se tomar Bombaim o que não chega a efectuar-se, apesar de, no ano seguinte, uma expedição inglesa e holandesa, que partira de Surate, ter desembarcado na importante cidade saqueando-a e incendiando-a. Em 1652 foram tentadas negociações com o governo de Goa no sentido da compra de Bombaim e Baçaim. Finalmente em 1661, sendo regente D. Luísa de Gusmão pela menoridade do rei D. Afonso VI, foi assinado com Carlos II de Inglaterra um tratado de aliança; uma das suas cláusulas era a entrega do porto e ilha de Bombaim com os seus territórios e a concessão aos ingleses para o exército do comércio em Goa, Cochim e Diu, os mesmos privilégios de que gozavam os portugueses. Isto no que respeita à Índia. A Inglaterra comprometia-se a defender os interesses de Portugal e de todos os seus domínios e empregar todos os seus esforços para conseguir uma paz firme com a Holanda.

A grave situação de Portugal impunha todos os sacrifícios. Na metrópole era a séria ameaça dos exércitos da Espanha, nas possessões os ataques holandeses.

Em 1662, governava já D. Afonso VI, entrava no porto de Bombaim, vindo de Inglaterra, sob o comando de lord Marlborough, uma esquadra inglesa com quatro companhias de infantaria (400 e tantos homens) e o futuro governador Abraão Shipman para tomar conta da fortaleza. Negou-se, porém, a entregá-la, o governador português António de Melo e Castro, sob várias razões, uma das quais foi, o ter-se o comandante da esquadra recusado a socorrer Cochim, que estava sendo situada pelos holandeses. Procedia aliás de acordo com o parecer do conselho do Estado da Índia, dos notáveis e habitantes de Goa. Tentou Marlborough apoderar-se da praça pela força. Melo e Castro

chamou a toda a pressa tropas de Baçaim, as quais defenderam a entrada da cidade. Então a esquadra inglesa retirou para Inglaterra depois de ter deixado na ilha de Angediva as quatro companhias de infantaria e Abraão Shipman.

D. Afonso VI em carta a Melo e Castro intimou a entrega de Bombaim: «Governador amigo. Eu el-rei vos envio muito saúdar. Por via de Inglaterra me chegou notícia que nesse estado houvera dúvida a se entregar a praça de Bombaim à ordem del-rei da Grã-Bretanha, meu bom irmão e primo, na conformidade das minhas que levaste ⁽¹⁾ o que nesta parte se estranhou muito e me causou grande sentimento e porque além das razões das conveniências desta coroa, e particularmente desse Estado da Índia que me fizeram tomar aquela resolução, desejo muito dar toda a satisfação a el-rei meu irmão por mandar estas e outras considerações que para isso há e porque el-rei meu irmão deve mandar novas ordens que tirem qualquer dúvida que houvesse nas primeiras que mandou, vos ordeno que em cumprimento das que levastes minhas, façais que se execute a dita entrega, muito pontualmente sem contradição alguma, pois a matéria a não admite e a dilação é muito prejudicial e em assim o cumprirdes como de vós espero me haverei por bem servido e contra quem o impedir mandarei proceder com a demonstração que o caso pede. Escrita em Lisboa a 16 de Agosto de 1663. Rei».

Bombaim não foi entregue. O tempo ia passando, e doenças e o clima de Angediva reduziram a cento e quarenta a força inglesa, acabando Shipman também por morrer. Melo e Castro agora junto do governo da metrópole, por meio de cartas, defendia Bombaim, enaltecendo a sua importância e mostrando os inconvenientes da sua cedência. Chegou a propor a sua compra declarando que a fazenda do Estado da Índia e os habi-

(1) Da primeira ordem de entrega de Bombaim foi portador o próprio Melo e Castro.

tantes não tinham dúvida de concorrer para o pagamento da quantia que fôsse estipulada. Melo e Castro acabou, porém, por ceder. Em 1665, perante ordens mais do que nunca terminantes, de Afonso VI, na pessoa de Inofre Cook era dada a posse de Bombaim à Inglaterra. Pouco antes da entrega Melo e Castro escrevia ao rei de Portugal: «Confesso aos pés de Vossa Majestade que só a obediência que devo como vassalo poderia forçar-me a esta acção... Entendo satisfeita a confiança que Vossa Majestade fêz da minha pessoa, servindo-se de mim neste lugar, e a honra que me deixaram meus avós e eu professei em todo o tempo, com dar conta a Vossa Majestade dos inconvenientes que tinha esta resolução e dos motivos por que deixei de fazer a entrega, espero da grandeza de Vossa Majestade que, havendo visto os meus papéis, mande considerar o que obrei e que procedi como devia, havendo-se Vossa Majestade por bem servido do meu zêlo que é só o prémio a que aspiro» ⁽¹⁾.

Alguns meses depois, nesse mesmo ano, no Alentejo alcançavam os portugueses sobre os espanhóis a decisiva vitória de Montes Claros. Em 1668 era assinada a paz entre Portugal e Espanha. No ano seguinte, como já foi dito, restabeleciam-se definitivamente as boas relações com a Holanda. De facto a Inglaterra, política e militarmente, prestara valioso auxílio a Portugal que apesar de assistir à considerável redução das suas possessões ultramarinas, via consolidada a sua independência, muito importante condição para manter e desenvolver a sua individualidade nacional, que os vícios provenientes da sua grandeza passada, tinham desorientado e enfraquecido.

Melo e Castro no ano seguinte à entrega de Bombaim foi autorizado a usar o título de vice-rei. Em 1667 regressou a Portugal, vindo a falecer em 1689 em Colares, onde então vivia.

Foi exactamente no início da luta pela defesa de Bombaim tentada por Melo e Castro e a gente de Gôa, que o padre

⁽¹⁾ Carta de 5 de Janeiro de 1665.

Manuel Godinho foi enviado a Lisboa, viagem que relatou no presente trabalho. Nasceu Manuel Godinho no Alto Alentejo, na vila de Montalvão em 1630. Foram seus pais Manuel Nunes de Abreu e Joana dos Reis. Com a idade de quinze anos entrou para a Companhia de Jesus. Passando às missões da Índia, foi encarregado pelo governador António de Melo e Castro junto do governo da metrópole, duma alta missão, que não tinha «outro fim, mais que a salvação de muitos milhares de almas», o «bem» de Portugal «e conservação do Estado da Índia» ⁽¹⁾. Tratava-se naturalmente de Bombaim. Sendo a missão secreta era arriscado seguir pelo cabo de Boa Esperança em nau inglesa pois portuguesa não havia; escasseavam os navios de Portugal que faziam a carreira oriental. Partiu de Baçaim em Dezembro de 1662. Em Nargol mudou de trajo, vestindo-se de soldado, por lhe convir entrar disfarçado em Damão, onde não queria ser conhecido. Aí mandou fazer vestidos à mourisca, mais a propósito que os de soldado pois com aquêles «daria em que reparar às nações da Europa» ⁽²⁾. Seguiu através da Arábia, temerariamente, afrontando os maiores perigos, porém «impaciente detença... levado do desejo e importância do negócio» ⁽³⁾ a que ia a Portugal. Chegou a Lisboa, depois de ter atravessado a França, em Outubro de 1663.

Saiu da Companhia de Jesus, e, passando para o clero secular, foi sucessivamente prior de S. Nicolau de Santarém, beneficiado na paróquia de S. Nicolau de Lisboa e prior da igreja de Santa Maria de Loures. Foi também protonotário apostólico e comissário do Santo Ofício. Faleceu em 1712.

A obra principal de Manuel Godinho é a Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal. É importante não só pelo relato que contém, mas pela beleza da forma, revelada especial-

⁽¹⁾ Relação do Novo Caminho. Prólogo.

⁽²⁾ Idem, Cap. v.

⁽³⁾ Idem, Cap. xvii.

mente nas vivas descrições da viagem. Os críticos não têm prestado, todavia, a Manuel Godinho «a atenção que merece por seus dotes de estilista» (1). Dotes, porém, que se vulgarizam, enfaticamente, na Dedicatória da obra a Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, ministro do rei D. Afonso VI e, então, figura preponderante na política portuguesa.

Escreveu ainda: Vida, virtudes e morte com opinião de santidade do Venerável Padre Frei António das Chagas; Horário evangélico, demonstrador de quarenta horas dadas pelos Evangelhos, com outras tantas meditações sacramentais para elas, no Jubileu de Lausperene que a santidade do Papa Inocêncio II.^o, concedeu à cidade de Lisboa; Notícias singulares de algumas cousas sucedidas em Constantinopla, depois da rota de seu exército sobre Viena, enviadas de Constantinopla a um cavaleiro maltez; Sermão do glorioso Santo António, prègado em a igreja de Santa Marinha de Lisboa; Uma novena de Nossa Senhora da Piedade, etc.

AUGUSTO REIS MACHADO

RELAÇÃO DO NOVO CAMINHO
QUE FEZ POR TERRA E MAR
VINDO DA ÍNDIA PARA PORTUGAL,
NO ANO DE 1633
O PADRE MANUEL GODINHO

(1) António Sérgio de Sousa — *História de Portugal*, 2.^a época, cap. II (edição «Labor»). Outras indicações bibliográficas:

Colecções de tratados, convenções e contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências, de Borges de Castro; *Jornadas*, de Tomás Ribeiro; *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado; *História de Portugal*, de M. Pinheiro Chagas; *Bombay*, de Samuel T. Sheppard.

INTREPID ITINERANT

*Manuel Godinho and His
Journey from India to Portugal
in 1663*

Edited with an Introduction and Notes by
JOHN CORREIA-AFONSO

Translation of the Portuguese Text by
VITALIO LOBO and JOHN CORREIA-AFONSO

BOMBAY
OXFORD UNIVERSITY PRESS
DELHI CALCUTTA MADRAS
1990

INTRODUCTION

Manuel Godinho's account of his journey from India to Portugal in 1663 is one of the travel classics of the seventeenth century. It has merited a place of honour in Portuguese literature not only by reason of the personal adventures of the author therein narrated in masterly style, but because of the momentous event which motivated the journey—the cession of Bombay by Portugal to England in 1661–5—and of the light the narrative throws on the society and politics of the time in India and Western Asia.

In his fast-moving story, Godinho supplies occasionally the historical background to the places and events he is describing. However, he naturally assumes his Portuguese readers' knowledge of some national events, and on the other hand he is too close to other happenings to relate them fully. The modern reader, in a different position, needs to recall to mind the circumstances of the odyssey of the intrepid traveller and of the publication of his work.

A Long Twilight

The story of the rise and fall of the Portuguese power in the East is an oft-told tale.¹ Yet it is one that has never lost its interest, for if the *Estado da India* began its decline over three hundred years ago, it came to an end only in these present days. Moreover, it left profound and lasting marks on the history and culture of important Asian cities and communities.

The *Estado da India* has not inaccurately been described as basically a number of trading and military posts set along the principal Asian commercial sea-routes, under Portuguese control in varying degrees. As a consequence, the 'seaborne empire' was at the mercy of any major naval power. Concretely, power in the mid-seventeenth century lay in Dutch, and later English hands.

¹ Standard books in English on the subject are: C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415–1825* [PSE] (London, 1969); F. C. Danvers, *The Portuguese in India*, 2 Vols. (London, 1894); R. S. Whiteway, *The Rise of Portuguese Power in India, 1497–1550* (London, 1899); Bailey W. Diffie and George D. Winius, *Foundations of the Portuguese Empire 1415–1580* (Minneapolis, 1977). More directly relevant to our theme is C. R. Boxer's excellent little book, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century* (Delhi, 1980).

Locked in a long struggle with Spain, the Dutch took advantage of the union of the crown of that country with Portugal (1580–1640) to concentrate gradually on attacking Portuguese settlements overseas, not least in Asia. The English followed suit. Both were spurred not only by political enmity, but also by commercial and religious motives. Both were more effective against Portugal than Spain, because in relation to the former the contest was chiefly at sea, where they had an increasing advantage.

The Luso-Dutch struggle began with Dutch raids on Portuguese posts in Western Africa at the end of the sixteenth century, and ended with the capture of Cochin and other Portuguese settlements on the Malabar coast in 1663, the very year of Manuel Godinho's journey. In the intervening years the Dutch had displaced the Portuguese as the principal operators of the carrying trade in Asian waters between Japan and Arabia; they had destroyed Portugal's spice trade to the West and her power in the Persian Gulf, and Ceylon (Sri Lanka). Landmarks in this process were the Portuguese loss of Malacca (1641) and Colombo (1656) to the Dutch, and of Muscat (1650) to the Omanis.

The Dutch had the advantage of the Portuguese in economic resources, manpower and naval strength. The Netherlands were rich, especially in comparison with impoverished Portugal. As an experienced Portuguese commander in the field told the Viceroy of India, again precisely in 1663, 'It is a well-known fact that the fortunes of war cannot be improved without men and money, and this is why we see so many disorders, so many tears and so many losses, because the King has only an empty treasury and his vassals have no capital to help him.'² The Dutch had not only more money but also better financial administration and supervision.

As for manpower, there is little doubt that in the mid-seventeenth century Holland's forces, including non-Dutch mercenaries, were more numerous, physically stronger, better disciplined and more ably led than the Portuguese. The latter were all too often recruited 'by emptying the prisons of all the ruffians who are gaoled there because they do not know how to keep faith with God or Man'.³ At the same time, humble origins

did not save these men from an overweening self-confidence which made them notoriously negligent at critical times.

At sea, the Dutch had a notable superiority over the Portuguese in the number of vessels they could use as warships—14,000 to less than 13 according to Antonio Vieira in 1649—and of sailors—250,000 to 4,000 according to the same.⁴ And they had more skilful leadership. Vieira's figures may be gross exaggeration, but they reflect the truth, and the superiority of the Dutch Governors-General in Batavia over their Portuguese counterparts in Goa in the matter of naval strategy at this time has been well established.

Portuguese India in decadence suffered from a declining number of colonists. A contemporary of Manuel Godinho, the Viceroy João Nunes da Cunha, could say in 1669: 'There are fewer Portuguese in the whole of this State than there are in Alhos Vedros,' a small town south of Lisbon containing only some two hundred homes.⁵ This state of affairs was due to a number of grim factors: the scarcity of European women in the East, high maternal mortality, tropical diseases, wars and desertions.

The decline of Portuguese power in the East, writes Arnold Wilson, 'may be assigned to several causes; principally to the Portuguese violence and bad faith in dealing with the Oriental peoples with whom they had relations, but also to internal jealousies and dissensions. Their mercantile operations, which were inefficiently conducted as a royal monopoly, could not withstand the competition of the English and Dutch merchants, organized as trading companies. Their power depended on a military organization which, in the end, was undermined by lack of discipline and of leadership.'⁶

The above causes might not all have been recognized by the Portuguese themselves in the seventeenth century, and they are just part of the story. There is, however, one major cause of the decline of the Portuguese which they long realized—'*a falta da justiça*' or the lack of justice. The maladministration of justice is

² Boxer, PSE, p. 115.

³ Manuel Severim de Faria, quoted by Boxer, PSE, p. 116.

⁴ Boxer, PSE, p. 114.

⁵ Ibid., p. 129.

⁶ Arnold T. Wilson, *The Persian Gulf, An Historical Sketch from the Earliest Times to the Beginning of the Twentieth Century* (Oxford, 1928),

a recurring theme in the official and unofficial correspondence from the East for centuries. Gaspar Correa wrote:

The greatest evil of all evils is when justice is not done to the people because the captains of the fortress of India are heads over the people, powerful owing to the powers given them by the King, and they take upon themselves even greater ones. They commit many evil deeds as the King very well knows, such as injuries, murders, rapes, adulteries with married women, widows, virgins, orphans and public concubines; inflicting all these evils without fear of God and the King upon Christians, Muslims, Hindus, natives and foreigners. And as they behave like this, so do the Crown judges, the magistrates, the bailiffs and the Treasury officials.⁷

In spite of this inner corruption, exaggerated by some writers, and of outside pressures, the Portuguese held on in India, with dogged tenacity and resilience. What is more, the Portuguese had struck much deeper roots in the East than the Dutch. 'Most of the Portuguese in India,' wrote Governor-General Antonio van Diemen from Batavia in 1642, 'look upon this region as their fatherland. They think no more about Portugal. They drive little or no trade thither, but content themselves with the inter-port trade of Asia, just as if they were natives thereof and had no other country.'⁸

The Dutch were painfully aware that the Portuguese, for all their rapacity and injustice, were more acceptable to the Indian than they themselves. This was due to a number of imponderables. The Portuguese were not altogether devoid of colour prejudice, but they had less of it than the Dutch. Moreover, their Catholic missionaries had acquired in many regions an influence and prestige far above that of the Calvinist *predikants*, and they helped to build up loyalty to the Portuguese crown. To the bond of religion was added that of language, and Creole Portuguese was for long the lingua franca of commercial Asia.

One of the factors that fostered the Portuguese rebellion against Spain in 1640 and the restoration of the Portuguese monarchy in the House of Bragança was the desire to avoid the aggression of the Dutch, whose real enemy was presumably Spain. But the Dutch, who knew when they were on to a good thing, were in no hurry to cease hostilities against the Portuguese

⁷ Quoted by Boxer, PSE, p. 144.

⁸ Ibid., p. 120.

after 1640. In 1641 a Luso-Dutch truce for ten years was indeed signed at The Hague, and ratified in 1642, though not implemented in Asia until 1644. The intensification of hostilities outside Europe after the expiration of the truce in 1652 led the Portuguese to seek the protection of an English alliance.

The English Connection

By and large the English in the early seventeenth century had been content with a defensive attitude towards Portugal, theoretically an ally since 1386. The Luso-Spanish union of 1580 made Portuguese shipping licit prey for English corsairs in the Atlantic, but in the Indian Ocean the English shared the Portuguese apprehension of Dutch power.

It is true that in 1622 the English joined the Persians in the seizure of Hormuz from the Portuguese, with whom they had no quarrel at the time, but an Anglo-Portuguese truce was signed at Goa in 1635. In 1652 war broke out between the English and the Dutch in Europe, and before it ended in 1654 the Dutch had defeated the English in a naval action off Bandar Abbas (then Gombroon) and had gained control of the Persian Gulf.

The English now wanted from the Portuguese something more concrete than the 1635 truce. They needed a base on the west coast of India, a place which would be their very own as Surat was not. The opportunity came with the arrangement of the marriage between Charles II of England and the Infanta Dona Catarina, sister of Afonso VI of Portugal.

The Anglo-Portuguese Treaty of Peace of 23 June 1661 promised English support to the Portuguese in their struggle with the Dutch, with whom England had concluded a second war in 1657. But English help was only to be obtained at a price, and part of the price was 'the Port and Island of Bombay in the East Indies with all its rights, profits, territories and appurtenances whatever thereunto belonging'.

On 9 April 1662 the King of Portugal wrote to his Viceroy of India, Antonio de Mello de Castro, instructing him to hand over the island of Bombay to the English. The Viceroy himself reached Bombay from Lisbon on an English ship only on 29 September 1662. Firmly convinced of the great value of the port of Bombay 'with which that of Lisbon is not to be compared', and of the bad faith of the English who had rendered him none

of the promised help, Antonio de Mello de Castro refused to hand over Bombay to them on a number of grounds which are set forth in an extant letter of his to the King of Portugal dated 28 December 1662.⁹ Briefly: it had been agreed that Bombay was to be handed over to the English only after the Luso-Dutch peace treaty had been signed, and this had not yet been done; 'the best port Your Majesty possesses in India' was being treated as of little value only by the Portuguese themselves; the faith of the Catholics in the island was being endangered; the only safe harbour for Portuguese shipping was being given away, putting in jeopardy 'all the north' of western India.

The Viceroy's letter had to leave for Lisbon by the 1663 home-bound fleet. But would it be possible for a Portuguese ship to run the Dutch blockade? The remonstrance directed to the King of Portugal was important and urgent, and hence it was necessary to ensure its safe delivery by sending a copy or a similar letter—a *segunda via*—by land.

Journey through the Desert

The Portuguese, though they had themselves opened and exploited the Cape trade route between Europe and India, did not underrate the utility of the overland Muslim-controlled caravan routes from the Red Sea and Persian Gulf to the Mediterranean.¹⁰ It should be noted that the term overland is used broadly, as at times in long journeys greater distances were covered and more time was consumed in crossing water than in crossing land.

The caravan routes were used by Europeans for both private and official purposes, but were especially important for the latter. They offered a kind of insurance, an alternative to the

⁹ See F. C. Danvers, *Report to the Secretary of State for India in Council on the Portuguese Records relating to the East contained in the Arquivo da Torre do Tombo, and the Public Libraries at Lisbon and Evora* (London, 1892), pp. 65–6. Also M. D. David, *History of Bombay, 1661–1708* (Bombay, 1973), pp. 41–4.

¹⁰ See M. N. Pearson, 'The Portuguese and Overland Communications between Europe and India, 1510–1640: A Preliminary Assessment', in *Papers of the International Conference on Indian Ocean Studies* (Perth, 1979), Section III. Also H. Furber, 'The Overland Route to India in the Seventeenth and Eighteenth Centuries', in *Journal of Indian History*, 29 (Trivandrum, 1951) pp. 105–33; and Douglas Carruthers, *The Desert Route to India* (London, 1928), pp. xv–xxii.

voyage around the Cape; they were as a rule covered more quickly; and they were less restricted by seasonal factors like the monsoons. The majority of the itineraries were according to habitual trails in the Euphrates valley, available to the bold, willing to pay the required amount and to conform to rules for travelling in caravans.

In 1558 the Portuguese government ordered that secret despatches sent via the Middle East should always be written in code, just in case they should fall into enemy hands. This device protected official correspondence, but important intelligence might also be contained in private uncoded letters. It would also appear that in the early seventeenth century travel overland had become something of a sporting event, with couriers vying with one another, and expecting special favours for services rendered.¹¹ As a result, it would seem, it was decreed in 1615 that only important government letters, and no private ones, should be sent by land from Goa to Lisbon, via the captain of Hormuz.

Portuguese couriers usually adopted some kind of disguise when passing through Muslim lands, and were as a rule accompanied by a guide and an interpreter. As the Portuguese gradually lost their base in the Middle East, their couriers had to rely on friends and sympathizers from other nations at intermediate points along the main routes. By the same token, they had to beware of foreign enemies and false friends. An important halfway house was Basra. The Carmelites here were extensively employed by the Dutch and English, besides the Portuguese, as reliable agents for the conveyance of letters between Europe and India. By the mid-seventeenth century, however, the Carmelites had scruples about providing assistance to the heretical Dutch, then locked in a hard struggle against His Most Faithful Majesty.¹²

By this time the paramount position of the Portuguese in the Persian Gulf and among the cities of Iraq had notably declined. Their rapacious and domineering ways made them everywhere disliked, and as fewer reinforcements reached their bases and

¹¹ Godefredo Ferreira, *Relação da Viagem de Um Correio do Vice-Rei das Índias Orientais a Sua Majestade, Expedido de Goa, no Primeiro de Janeiro de 1608* (Lisbon, 1953).

¹² Anon, *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal Mission of the XVIIth and XVIIIth Centuries*, vol. 1 (London, 1939), p. 362.

factories, Persian and Arab seamen could again venture on their voyages, and local powers became bolder in endeavours to oust the hated foreigners. The Shah of Persia drove them first from Bahrain in 1602, and successively from other outposts such as Bandar Abbas in 1614, and Hormuz in 1622, more than a hundred years after Albuquerque had planted on it the Portuguese flag. In 1650 Muscat fell to the Omanis.

The desert route between Basra and Aleppo lay for the most part in the Euphrates valley. The Fertile Crescent is a region of immense historical interest, its glory going back to the dawn of civilization. Ur and Babylon are remembered to this day. Hittites, Egyptians, Assyrians, Persians, Greeks and Arabs have ruled over it at various times.

In the second half of the seventeenth century Iraq was in a sorry state. 'The dweller in Iraq saw generation follow generation without a policy, because without ideals, of rule. Sonorous loyalty to faith and Sultan supplied, as a spring of government, what neither enlightenment, nor goodwill, nor skill were there to supply', writes S. H. Longrigg.¹³ Istanbul was far away, and the Sultan's governors, not seldom quarrelsome and corrupt, had no solution for the problems of ignorance, disease and poverty, and for the tribal warfare which plagued Mesopotamia.

Enter Manuel Godinho

The Portuguese Viceroy looked around for someone who could not only take a letter overland to his lord, but who might act as a true envoy to the court of Lisbon, able to explain the issues at stake. Some time in November 1662, as we presume, his choice fell on Manuel Godinho, a young priest of the Society of Jesus.

Jesuits in India had in the past been entrusted with diplomatic missions, generally in connection with their apostolic work, but this was not usual in the 1660s. Native rulers did not always appreciate ecclesiastics as envoys, 'as a Religious out of his cell is like a fish out of water', according to the Shah of Persia.¹⁴ Pietro della Valle also criticized the habit of the Portuguese of sending

¹³ S. H. Longrigg, *Four Centuries of Modern Iraq* (Oxford, 1925), p. 76.

¹⁴ C. R. Boxer, 'Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635', in his *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500-1750* (London, 1985), p. 57.

priests or friars as legates to local princes, saying that this merely brought them into disrepute. But the priests could often manage better than laymen because of a better command of languages, and in this case the envoy was being sent to a Catholic king.

There is some disagreement as to the place and date of birth of Manuel Godinho, but it is most likely that he was born at Montalvão in Portugal, on 5 December 1633, to Manuel Nunes de Abreu and his wife Joana dos Reis.¹⁵ In 1649 Godinho entered the famous novitiate of the Society of Jesus at Coimbra. The period of probation was followed by humanistic and ecclesiastical studies, and the literary style of his most famous work shows that Godinho must have been a proficient scholar and widely read.

In 1655, the young Jesuit, perhaps just ordained a priest, was sent to the Indian missions. Of his work there we only know what he himself tells us in the *Relação*, to wit that he had been in the Fishery Coast and that he had held the office of the 'Father of the Christians' at Thana, and in that capacity performed the solemn baptism of many catechumens in the presence of Antonio de Mello de Castro, Governor, and later Viceroy, of the *Estado da Índia*. It may have been here that he caught the eye of the great man, and won his esteem and respect.

It should be noted that the exact nature of the mission entrusted by the Viceroy to Manuel Godinho long remained something of a mystery. In the Prologue to his *Relação*, Godinho tells us that he came to Portugal 'on business that concerns much the service of both Majesties, the divine and the human, and that has no other end than the salvation of many thousands of souls, the good of this realm [Portugal], and the preservation of the [Portuguese] State of India'.

From the introductions to the second and third editions of the *Relação* it is clear that Godinho's mission was connected with Portuguese losses in the East and the cession of Bombay. In the fourth edition A. Machado Guerreiro went further and stated: 'Granted then that historical investigation has advanced, and even without an explicit declaration by Fr. Godinho of the

¹⁵ A. Machado Guerreiro in the Introduction to Manuel Godinho's *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal* (Lisbon, 1974), p. xi. See also Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomo III vol. I (Oporto, 1944), p. 91.

mission entrusted to him, it should be considered as settled today that the matter, in what concerns the business "greatly in the service" of the human majesty, was the surrender of Bombay.¹⁶

Strangely enough, just about the time of the publication of the fourth edition, there appeared in *Portugaliae Historica* a most important document concerning the famed traveller and entitled 'Regimento do Vice-Rey da India Antonio de Mello de Castro para o Pe. Manuel Godinho se haver nesta corte de Lisboa sobre o negocio que o mandou a ela'.¹⁷ Long forgotten in the Biblioteca Nacional de Lisboa, this document with very specific instructions for the viceregal emissary, puts beyond all doubt the character of his mission. Fr. Godinho was to persuade the Portuguese Court that the transfer of Bombay to England should not be effected, and this for four principal reasons: first, because the English claimed 'that everything up to the frontiers of Bassein was promised to them'; next, because 'just with the English being in Bombay, even if they be our true friends, our commerce in India will cease'; thirdly, 'in case Goa is besieged, the ships of the Kingdom [Portugal] have no place where to find shelter but Bombay'; finally, 'above all Y.R. [Fr. Godinho] must represent the obvious danger of the faith coming to an end in these parts, and of its being replaced by heresy'.

'Relação do Novo Caminho'

Manuel Godinho reached Lisbon from India on 25 October 1663. Two years later, with a dedication dated 2 October 1665, there appeared his famous *Relação do Novo Caminho que fez por Terra, e Mar, vindo da India para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho da Companhia de Iesu*, printed in Lisbon at the press of Henrique Valente de Oliveira, with the required permissions of the Jesuit Provincial and of the Holy Office. Copies of this first edition, we are told, 'were so rare that the curious either did not know them or could not have them; they were printed on bad paper, with bad type; some appeared

¹⁶ Guerreiro, op. cit., p. xvi.

¹⁷ See Luis Maria Pedrosa dos Santos Graça, 'Um documento inédito para a biografia do Padre Manuel Godinho', in *Portugaliae Historica*, 2 (Lisbon, 1974), pp. 325-30. Also John Correia-Afonso, 'Some Portuguese Records on the Cession of Bombay', *The Indian Archives*, 27 (New Delhi, 1978), pp. 1-11. See Appendix, pp. 233-6.

mutilated; and even so they came to be sold for 7200 reis'. A copy was recently offered for sale by Clive Farahar for £ 2,200.

A second edition, *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar, vindo da India para Portugal o Padre Manuel Godinho*, was published only in 1842. A century later, in 1944, the third edition prepared by Augusto Reis Machado made its appearance. The latest (fourth) Portuguese edition, with an introduction and notes by A. Machado Guerreiro, was issued in 1974 by the Imprensa Nacional. While following the text of the fourth edition, we have also used the others. To the best of our knowledge the *Relação* has not till now been translated in full into any language, though extracts from it have appeared in some important works in English,¹⁸ as we shall have occasion to note, and there are references to it in other languages.

The *Relação* has much to recommend it from the point of view of history. For one thing, its authenticity cannot be doubted: it was published in the author's own lifetime, with a number of official attestations, and documents in the State archives confirm what the author discreetly says about his own mission.

Manuel Godinho was not a wanderer by nature, 'restless at home, and ever prone to range'. His journey was imposed on him by the task with which he had been entrusted, and he proved himself a man of action and courage, intelligent and astute, and, besides, a cultured observer. In a discussion of the Portuguese literature of the Age of Discovery, Hernani Cidade has underlined the qualities which characterize its best productions.¹⁹ They are a keen curiosity, attention to the many spectacles offered by an exotic world, high idea of the mission of Portugal in the world, practical sense, quest for experiential knowledge, objectivity and understanding in regard to foreign cultures. We find all these traits, in varied measure, in Godinho's *Relação*.

Godinho evidently meant to give his countrymen an accurate picture of conditions in the East, and to make them realize how shameful and distressing these were for Portugal. In the prologue

¹⁸ See Hugh Murray, *Historical Account of Discoveries and Travels in Asia*, vol. 1 (Edinburgh, 1820), pp. 384-408. Also John Correia-Afonso, 'Tales of Travel, and the journey of Fr. Manuel Godinho', in *Indica, the Indian Historical Research Institute Silver Jubilee Commemoration Volume* (Bombay, 1953), pp. 68-76.

¹⁹ Hernani Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, 2 vols. (Lisbon-Coimbra, 1963-4).

to his chronicle he states: 'I shall not write anything of which I have not been an eye-witness; hence this account will be shorter than it would have been had I given credence to my ears in the same way [as] I have trusted my eyes.' Of course, asseverations of this type are not uncommon in travellers' narratives, and not to be taken literally, but Godinho seems to have meant what he said. For instance, he was inquisitive enough to sit up one night to watch the doings of some yogis; and his sharp eyes noticed that two out of the ten cannons at Bandar Abbas bore the arms of Castille. The fact that he recorded his adventures immediately after their termination must also have contributed to the accuracy of his work.

'Excellent reporter that he is,' writes Jacinto do Prado Coelho, Father Godinho, if at time he fades away before the objective realities which he describes in detail, relief and colour, at others he allows his personality to appear clearly through. And this is actually one of the great causes of interest of travel literature: to establish a close intimacy between the author and the reader. It is not difficult to discover the tastes, the tricks and the fundamental qualities of Father Godinho.²⁰

Particularly attractive in the *Relação* are the pictures he draws of the peoples, manners and customs of the regions he traversed. 'He that would travel for the entertainment of others', wrote Samuel Johnson, 'should remember that the great object of remark is human life.' And Godinho in his clear and incisive style, seasoned with cheerful humour and occasional irony, is entertainingly informative with his descriptions of Arab brigandage and hospitality, of Hindu customs and Muslim festivals. Though unswerving in his loyalty to his faith and country, he can both praise the character of the Persians and the hospitals of Aleppo, and condemn the rapacity and dishonesty of his own countrymen.

Godinho's account is full of geographical information, and he is much concerned with the scenery and nature along his route. In a very recent work Luis Graça studies the place of landscapes in the *Relação*.²¹ He remarks that the landscape is generally the first symptom of the note of difference experienced by a foreign

²⁰ Jacinto do Prado Coelho, 'A Perigosa Viagem do Padre Godinho', in *Atlântico*, N. S. No. 3 (Lisbon, 1947), p. 44.

²¹ Luis Graça, *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: Os Viajantes Portugueses e os Itinerários Terrestres (1560-1670)*, (Lisbon, 1983).

traveller, and Godinho often mentions landscapes similar to ones he has known, but he occasionally describes non-familiar landscapes. The traveller finds that the scenery softens the hardships of his journey—he takes an aesthetic delight in what he sees (Ch. xxviii), but he also perceives the more utilitarian aspects of agricultural production.

The *Relação* has received honourable mention in histories of Portuguese literature, though it was rather neglected till these days. 'Father Manuel Godinho', writes Jacinto do Prado Coelho, 'must be considered on a higher level of culture [than Father Antonio de Andrade]: a true writer's temperament, clear and harmonious, he ranks without favour at the side of our great classics, as an example of the excellence achieved by Portuguese prose in the mid-seventeenth century.'²²

Godinho writes in well-organized chapters, and his style is almost modern, showing for the most part a clarity and precision very different from the richness and floridity of his own times. The latter is not altogether absent—as is evident from the dedication and the opening chapter—but laboured attempts at elegance and displays of erudition are very few and far between. If Godinho can be rhetorical, he can also be colloquial, and he has a talent for description and vivid imagery, as in his account of a tiger-watch (Ch. xxii).

It is time to let the text speak for itself. 'The reader will certainly find', writes A. Machado Guerreiro, 'in the reading of one of our best travel narrators, of one of our classics of the seventeenth century, till now little known because little studied, little dealt with in our literature, many and varied motives of pleasure and interest'.²³

As an author Manuel Godinho demands recognition on account of the wealth of valuable information contained in his great work, and of the clear, lively and pleasant style in which he conveys it. The *Relação do Novo Caminho Que Fez por Terra e Mar Vindo da India para Portugal no Ano de 1663*, now rendered for the first time in English, is bound to gain increasing recognition as a classic of seventeenth century travel literature.

²² Coelho, op. cit., p. 42.

²³ Guerreiro, op. cit., p. xxxi.

RELACÃO

DO
NOVO CAMINHO

QUE
FEZ POR TERRA, E MAR
VINDO DA INDIA PARA PORTUGAL
no anno de 1663.

O PADRE
MANOEL GODINHO
da Companhia de Iesv;

ENVIADO À Magestade DELREY N.S.
DOM AFFONSO VJ.
PELLO SEV VISO-REY ANTONIO DE MELLO
de Castro, & Estado da India,

LVIS DE VASCONCELLOS E SOVSA
Conde de Castel melhor, dos Conselhos de
Estado, & Guerra de Sua Magestade,
seu Escriuão da Puridade, &c.

EM LISBOA: COM LICENÇA,

Na Officina de Henrique Valente de Oliveira,
Impressor delRey N.S. Anno 1665.



RELATION

of the New Route

*Covered by Land and Sea
while Coming from India to Portugal
in the year 1663*

*by Father Manuel Godinho
of the Society of Jesus*

*sent to the Majesty of the King O.L.
Dom Affonso VI
by His Viceroy Antonio de Mello de Castro
and the State of India*

*To
Luis de Vasconcellos e Sousa
Count of Castel Melhor of the Councils of State and War
of His Majesty, His Private Secretary, etc.*

*In Lisbon: with Permission
In the Workshop of Henrique Valente de Oliveira
Printer of the King O.L. Year 1665*
